

Of. 013/2019

Curitiba, 28 de março de 2019

Ap

Presidente da RIC TV (TV Independência S/A)

**LEONARDO PETRELLI**

Vimos por meio deste, na condição de entidade de representação e defesa dos direitos e garantias dos jornalistas profissionais do Paraná, questionar a direção do Grupo RIC a respeito dos graves fatos descritos em reportagem veiculada pela imprensa nacional (The Intercept\_Brasil) e que envolve dois profissionais contratados pelo grupo. De acordo com a matéria jornalística, a jornalista Giulianne Kuiava vem sendo obrigada a cumprir jornada de trabalho no mesmo prédio em que o jornalista Denian Couto, que a ameaçou de morte em janeiro passado.

Desde então, o caso já foi registrado junto à Delegacia da Mulher e também está sendo tratado em processo criminal. No entanto, mesmo após comunicação à chefia imediata e também à direção do Grupo, a situação ainda não suscitou as medidas cabíveis por parte da empresa com relação à proteção da jornalista ameaçada e também para a promoção de um ambiente de trabalho seguro e em que exista a promoção de valores éticos e legais para todos os trabalhadores - conforme prevê a cláusula 32a da Convenção Coletiva de Trabalho dos jornalistas paranaenses e da qual o referido grupo empresarial é signatário.

Ao apurar informações sobre as atuais condições de trabalho da jornalista, o Sindijor também foi advertido de que a profissional estaria sendo forçada a cumprir sua jornada laboral isolada dos demais colegas de trabalho, o que implica em prejuízo de sua condição física, mental e emocional e que contraria uma série de dispositivos e convenções que visam promover a saúde e segurança nos ambientes de trabalho.

Diante da gravidade do exposto, reiteramos nossos questionamentos a fim de saber: Quais medidas serão adotadas pela empresa no caso que envolve os jornalistas Giulianne Kuiava e Denian Couto? No caso específico de Giulianne, quais foram as medidas adotadas até agora no sentido de assegurar o amparo e a proteção física, mental e emocional da jornalista? Como o Grupo está tratando o caso internamente? Reforçou alguma política, se é que essa predisposição existe, no sentido de esclarecer o caso ao conjunto de trabalhadores e destacar como atua ou pretende atuar em situações do gênero? Enfatizamos ainda a importância de tratar de situações como esta com transparência, a fim de que outros profissionais sintam-se seguros e amparados, com a certeza de que não trabalham em uma empresa que protege pessoas que costumam incorrer em atitudes violentas e que destoam drasticamente do que a legislação vigente estabelece.

Aguardamos uma posição do grupo, o mais breve possível, sob pena de o mesmo ser chamado a cumprir eventuais medidas mediante o acionamento das instâncias legais cabíveis. Reiteramos ainda a necessidade de a empresa não ignorar a grave situação a que a jornalista Giulianne vem sendo exposta e que envolve a preservação de sua existência; bem como a necessidade de apresentar os resultados efetivos deste esforço ao conjunto de profissionais que hoje se sente igualmente afetado por tal situação.

O SindijorPR entende que agressões contra mulheres não podem ser naturalizadas como "problema da vida pessoal" ou mero "desentendimento familiar". Por fim, lembra que a jornalista é vítima e que não deve, em hipótese alguma, ser culpabilizada pela violência que sofreu.

Atenciosamente,



**GUSTAVO HENRIQUE VIDAL**

Presidente do SindijorPR

Fone: (41) 3224-9296